

Legislação

LEI Nº 12.709 DE 29/08/2012 - DOU 30/08/2012

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

LEI Nº 12.710 DE 29/08/2012 - DOU 30/08/2012

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

LEI Nº 12.711 DE 29/08/2012 - DOU 30/08/2012

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 577 DE 29/08/2012 - DOU 30/08/2012

Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ANVISA Nº 46 DE 29/08/2012 - DOU 30/08/2012

Dispõe sobre oficialização de novos lotes de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SIT Nº 99 DE 23/08/2012 - DOU 24/08/2012 - RET 30/08/2012 (Ministério do Trabalho e Emprego)

Dispõe sobre a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Destaque

Prorrogado prazo para votação do novo Código Penal em comissão especial

A comissão especial de senadores que analisa o projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) terá mais tempo para debater e votar as inovações propostas. O Plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (29) requerimento pedindo a duplicação do prazo para a conclusão dos trabalhos.

Pelo cronograma original, elaborado pelo relator da matéria, senador Pedro Taques (PDT-MT), o parecer final da comissão deveria ser concluído até o início de outubro. Já na próxima semana se encerraria o prazo para apresentação de emendas ao projeto.

Durante audiência pública realizada no último dia 21, o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, pediu pelo menos dois meses para a análise do projeto pela entidade. Pedro Taques admitiu que o cronograma

era curto para o exame de um projeto que classificou como vasto e complexo.

Nesta quarta-feira (29), surgiu uma nova polêmica, com a aprovação pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) de um projeto que tipifica crimes cibernéticos (PLC 35/2012). Vários senadores se opuseram, no entanto, à sua votação no Plenário em regime de urgência, já que o projeto do novo Código Penal inclui um capítulo sobre o tema.

O PLS 236/2012 será discutido na próxima terça-feira (4) com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, atendendo a convite de Pedro Taques e do presidente da comissão especial, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Fonte: <http://www.senado.gov.br>